

NOTA TÉCNICA

IPA

Mudanças Climáticas no Nordeste do Brasil: Impactos em Zonas Urbanas e Rurais

Por Francis Lacerda

Outubro/2025

O Nordeste do Brasil é uma das regiões mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas no país, apresentando impactos distintos, porém interligados, em áreas urbanas e rurais. Nas zonas rurais, o aumento das temperaturas e a redução sistemática das chuvas têm intensificado secas prolongadas, comprometendo a agricultura de subsistência, a segurança hídrica e alimentar, e agravando processos de desertificação. Essa realidade afeta diretamente a produção de alimentos gerando perda de renda, migração forçada e insegurança social.

Nas cidades, o cenário é igualmente crítico. A escassez de água afeta o abastecimento urbano e aumenta o custo dos serviços básicos, enquanto que os eventos extremos, como enchentes e ondas de calor, tornam-se mais frequentes, sobrecarregando a infraestrutura urbana dos municípios nordestinos. Outro fator, em destaque, é a urbanização sem planejamento adequado, e não considerando os impactos das mudanças climáticas que agrava a exposição das populações vulneráveis, especialmente em vivem nas periferias e em áreas de risco.

Os impactos das alterações do clima atuais já exigem políticas públicas integradas e territorialmente adaptadas, que envolvam estratégias de mitigação e adaptação, com atenção à gestão dos recursos hídricos, incentivo à agroecologia. Atualmente, a intensificação dos efeitos das mudanças climáticas no Nordeste brasileiro — como ondas de calor prolongadas, desertificação, escassez hídrica e eventos climáticos extremos (secas e enchentes) — tem exigido uma atuação direta dos municípios, dado que estão na linha de frente da resposta às crises. No entanto, a grande maioria dos municípios da Região Nordeste ainda enfrenta desafios estruturais, como limitação técnica, orçamentária e institucional, para implementar políticas públicas de mitigação e adaptação.

Algumas poucas cidades nordestinas têm começado a incorporar o tema climático em seus **planos diretores, planos de mobilidade urbana, planos de saneamento básico e, mais recentemente, em planos de ação climática**. Esses instrumentos são essenciais para integrar ações de gestão territorial, uso do solo, conservação ambiental e segurança hídrica, com foco na redução da vulnerabilidade socioambiental frente às mudanças climáticas.

Políticas como o **Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)** e o **Sistema Nacional de Informações sobre Mudanças do Clima (SINAMC)** devem estabelecer diretrizes para que estados e municípios elaborem suas estratégias locais. No entanto, a aplicação concreta dessas diretrizes depende de uma articulação federativa eficiente, respaldo técnico científico e financiamento adequado.

Alguns municípios nordestinos, como Fortaleza (CE) e Recife (PE), propõe planos climáticos com metas de redução de emissões, aumento da cobertura vegetal e mobilidade sustentável. Nas áreas semiáridas, as políticas de **“convivência” com o semiárido** — como a construção de cisternas, incentivo à agroecologia, programas de distribuição e gestão descentralizada da água — podem contribuir para aumentar a resiliência das comunidades frente à emergência climática.

Entretanto, para que as políticas públicas municipais sejam efetivas em todo o Nordeste, é necessário ampliar o acesso ao financiamento climático, capacitar equipes técnicas locais, estabelecer uma forte governança participativa e integrar a variável climática em **todos** os setores do planejamento urbano e rural.

Fonte e Referências

1. **Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.** Plano Clima — guia das ações de enfrentamento à mudança do clima no Brasil até 2035; composto por estratégias nacionais de mitigação e adaptação, além de planos setoriais (cidades, mobilidade urbana, uso da terra, etc.). [Serviços e Informações do Brasil+1](#)
2. **Brasil. Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009** — instituindo diretrizes nacionais para mitigação e adaptação, com participação das três esferas de governo (União, Estados e Municípios). [Semil SP+2Semil SP+2](#)
3. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA)** (Portaria MMA nº 150/2016) — que orienta iniciativas voltadas à gestão e diminuição de riscos climáticos, especialmente para municípios, ecossistemas vulneráveis e populações mais afetadas. [Semil SP](#)
4. **Recife (PE). Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas do Recife** — com base no Índice de Vulnerabilidade Climática, este plano representa uma iniciativa municipal destacada no Nordeste para adaptar infraestruturas urbanas e zonas de risco. [Prefeitura do Recife](#)
5. **Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM)** — órgão de governança climático federal reativado em 2023, que articula, orienta e delibera sobre políticas climáticas, inclusive com participação de municípios e da sociedade civil. [Agência Gov+2Serviços e Informações do Brasil+2](#)
6. **Decreto nº 12.040/2024** — que aprova o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e define diretrizes, instrumentos e mecanismos para mitigação, adaptação e monitoramento climático, integrando estados e municípios nas ações.